26°ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, educação e trabalho

INFORMAÇÃO E ABORTO: A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO DIREITO DE DECIDIR

INFORMATION AND ABORTION: *INFORMATION LITERACY IN THE RIGHT TO CHOOSE*

Giovana Satie Kawabata – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Ana Maria Mendes Miranda – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Adriana Rosecler Alcará – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo de analisar contribuições da competência em informação no acesso às informações sobre o aborto. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico. Foram realizados levantamentos bibliográficos em bases de dados, com os termos aborto e informação, resultando no *corpus* de análise de 12 textos, cujo conteúdo selecionado foi organizado em três categorias: desinformação, habilidades dos sujeitos e barreiras no acesso à informação. Os resultados indicaram que a competência em informação pode ser um recurso que auxilia no combate à desinformação, no desenvolvimento de habilidades para lidar com a informação e na superação das barreiras de acesso à informação. Conclui-se que a competência em informação deve ir além de seus aspectos técnicos e individuais, e abranger questões sociais e coletivas. Portanto, ao desenvolver habilidades para a busca e uso a informação sobre aborto, mulheres, meninas e as pessoas que gestam podem reconhecer seus direitos e ter autonomia e escolha sobre seus próprios corpos.

Palavras-chave: Aborto; acesso à informação; competência em informação.

Abstract: This research aims to analyze the contributions of information literacy to accessing information about abortion. It is an exploratory and descriptive study with a qualitative approach and a bibliographic design. Bibliographic searches were conducted in databases using the terms abortion and information, resulting in a corpus of 12 texts. The selected content was organized into three categories: misinformation, subjects' skills, and barriers to accessing information. The results indicated that information literacy can be a resource that helps combat misinformation, develop skills to handle information, and overcome barriers to accessing information. It is concluded that information literacy should go beyond its technical and individual aspects, encompassing social and collective issues. Therefore, by developing skills for searching for and using information about abortion, women, girls, and pregnant women can recognize their rights and have autonomy and choice over their own bodies.

Keywords: abortion; access to information; information literacy.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito assegurado pela lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que tem como objetivo garantir o acesso à informação para todos, de forma transparente, clara e com linguagem acessível, sendo de responsabilidade dos órgãos governamentais, legislativos e institucionais (Brasil, 2011). Entendemos que a informação é um importante recurso que interfere em todos os aspectos da vida humana, sejam eles econômicos, sociais ou materiais e influencia a forma com que pessoas compreendem e interagem com o mundo. Vitorino e Piantola (2011) ponderam que a informação é um importante aspecto social, sendo um elemento que compõe a cultura de um grupo, um instrumento de pertencimento e mudança. Nesse sentido, reforçamos a importância do acesso à informação às mulheres, sobre seus direitos e autonomia na tomada de decisões, especialmente as que se referem as escolhas reprodutivas e sexuais.

No que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, esses estão inseridos no conceito da justiça sexual e reprodutiva, que "[...] tratam das condições, sobretudo de mulheres, de escolherem sobre sua autonomia, sua sexualidade e se e quando ter filhos" (Miranda; Alcará, 2024, p. 12). Ao considerarmos o aborto parte dos direitos sexuais e reprodutivos, salientamos a relevância de acesso às informações sobre essa temática.

Vale indicar que o aborto é uma questão de saúde pública, que afeta diretamente a vida das mulheres, e sua criminalização fere seus direitos e a autonomia sobre seus corpos. No Brasil, sua realização é legal em três casos: anencefalia fetal, gravidez resultante de um estupro ou estupro de vulnerável ou quando há riscos à gestante. No entanto, em 02 de junho de 2026, enquanto este trabalho era finalizado, o Senado Federal, sustou a Resolução 258/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que estabelecia normativas sobre o atendimento e acesso ao aborto legal por crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A proposta, incluída como item extra pauta, foi aprovada de forma simbólica, ou seja, sem o registro nominal de votos, e com duração de menos de dois minutos (Brasil, 2026). Apesar da revogação não alterar o código penal, e o aborto em caso de abuso sexual ainda ser legal, a mudança dificulta o acesso de crianças e adolescentes ao procedimento dentro da rede pública de saúde. Na prática, essa alteração permite que cada unidade de saúde estabeleça tratativas distintas para realização do procedimento, essa falta de padronização, segundo o Conanda (2026, local. 1), "[...] amplia obstáculos para o acesso a direitos fundamentais e fragiliza o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**"**.

Reforçamos esse contexto, porque evidencia e justifica a necessidade de nos voltarmos às reflexões sobre aborto e as implicações do acesso à informação na efetivação de seu direito. Nesse sentido, cabe indicar que o aborto, ainda que legal nos casos supramencionados, é permeado por estigmas e debates religiosos, que dificulta ainda mais o seu acesso (Carloto; Damião, 2018), e o livre compartilhamento de informações sobre ele.

Todavia, salientamos que é importante que as mulheres, para além de terem acesso à informação, desenvolvam habilidades para seu uso e compartilhamento. Tais habilidades informacionais, aliadas a conhecimentos e atitudes, podem contribuir para a competência em informação. Sendo ela, de acordo com Dudziak (2003), um processo contínuo, em que o sujeito incorpora conceitos, atitudes e habilidades que são necessárias para compreender e interagir com o campo informacional e sua dinâmica, proporcionando assim um aprendizado ao longo da vida.

Podemos indicar, ainda, que, embora os debates sobre justiça sexual e reprodutiva tenham se tornado mais presentes na literatura sobre competência em informação no Brasil nos últimos anos, pesquisas como a de Kawabata e Miranda (2025) apontaram a ausência de debates acerca do aborto, evidenciando a necessidade de ampliar o debate científico sobre o papel da informação e da competência em informação nesse contexto.

Tendo isso em vista, o objetivo geral deste trabalho foi analisar contribuições da competência em informação no acesso às informações sobre o aborto. Os objetivos específicos são: a) mapear as publicações que relacionem a informação na temática do aborto; b) caracterizar essas produções em relação a competência em informação; e c) debater a importância do acesso à informação no contexto do aborto.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA AS MULHERES

"Educação, informação e capacitação podem proporcionar o empoderamento econômico, permitindo que as mulheres se tornem agentes de transformação social" (Shahida; Sami, 2015, p. 515, tradução nossa), entretanto a informação por muitas vezes não é entendida e avaliada como aspecto apenas individual. É nesse contexto que destacamos a necessidade da promoção de habilidades que propiciam a busca e o uso da informação de forma ética e responsável, que podemos nomear como competência em informação.

A competência em informação, segundo a *Association of College and Research Libraries* - ACRL (2016), pode ser compreendida como um conjunto de habilidades que permite aos usuários a descoberta reflexiva da informação, compreensão de como ela é produzida e

valorizada, sua utilização na formação de novos conhecimentos e a participação ética na sociedade. Complementar a isso, compreendemos que a competência em informação se refere a capacidade de analisar de forma crítica e avaliar de forma equilibrada a informação que recebemos e utilizamos. Ela pode promover a formação dos usuários no desenvolvimento das opiniões e na inserção na sociedade (The Library and Information Association — CILIP, 2018).

É possível entender que a competência em informação não é prática neutra, mas altamente sociopolítica (Andersen, 2006). Dessa forma, evidenciamos que o papel mais importante da competência em informação é "[...] dar voz àqueles que foram silenciados[...]", isso porque a informação é organizada e compartilhada de maneira a silenciar determinados grupos (Doherty, 2007, p. 6, tradução nossa). Reforçamos que produções que trabalhem com a competência em informação voltada às minorias sociais, como as mulheres, meninas e pessoas que gestam "[...] podem colaborar no equilíbrio entre conhecimento e acesso irrestrito à informação por todos, bem como a enfrentar preconceitos sociais, culturais, raciais, de gênero etc." (Miranda; Alcará, 2022, local. 7). Shahida e Sami (2015) defendem que a competência em informação, contribui para que as mulheres reconheçam que informação é relevante, sendo a educação e o acesso à informação elementos essenciais à luta contra a opressão.

Nesse sentido, ponderamos que a competência em informação pode ser uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento de habilidades voltadas para a busca, seleção, apropriação e compartilhamento da informação de mulheres no desenvolvimento de suas atividades e na luta pelos seus direitos. Entre esses direitos, destacamos o direito ao aborto seguro, compreendendo que o tema é rodeado de estigmas e barreiras, e o acesso à informação é acompanhado por desinformação e *fake News*, o que dificulta para as mulheres e pessoas que gestam buscarem instruções e acolhimento.

3 O ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE O ABORTO

No Brasil, conforme a legislação vigente, o aborto é tipificado como crime pelo Código Penal. Os artigos 124 e 126 preveem pena de detenção de um a três anos para a mulher que interromper voluntariamente a gestação, seja por meio da realização do procedimento em si, seja mediante consentimento para que terceiros o realizem. Contudo, o ordenamento jurídico brasileiro admite exceções em que o aborto é legal e não passível de punição. Essas hipóteses incluem os casos de gravidez resultante de estupro e de risco à vida da gestante, previstos em

lei, bem como os casos de gestação de fetos anencéfalos, cuja interrupção foi autorizada por entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2004).

Apesar da proibição legal, a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) estima que uma em cada sete mulheres, aos 40 anos, realizou pelo menos um aborto ao longo da vida. O documento indica também que mais da metade (52%) das mulheres que abortaram tinham até 19 anos quando realizaram o primeiro procedimento. Os dados evidenciam ainda que se trata de um problema de saúde pública que afeta de forma desigual as mulheres negras, cuja probabilidade de abortar foi 46% maior do que a das mulheres brancas, entre 2016 e 2021 (Diniz; Medeiros, 2023).

Mesmo neste cenário, o aborto segue se apresentando como um tabu. Em uma leitura feminista marxista, compreendemos que aborto é uma pauta que extrapola apenas o cunho moral e religioso, mas, segundo Cisne, Castro e Oliveira (2018), quando analisamos essa questão a partir das condições de vida materiais e subjetivas das mulheres e o lugar que elas ocupam na sociedade de classes, ela se torna elemento fundamental. Isso por que ao compreendermos o papel das mulheres na divisão sexual do trabalho – realizando trabalho doméstico não pago – e na tarefa de reprodução da vida humana, o controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres, se apresentam como relevante para manutenção do *status quo* no capitalismo patriarcal racista (Saffioti, 2016).

Nesse contexto, vale entender que o patriarcado, segundo Saffioti (2015), pode ser compreendido a partir da existência de relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais. Para Cisne (2015, p. 77), o conceito de patriarcado se refere "[...] às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres." Para ambas as autoras, no sistema capitalista, o patriarcado recebe contornos até então desconhecidos, sendo fundido ao atual modo de produção e tornando ambos os sistemas parte de um todo. Assim, o sistema patriarcal-capitalista se estrutura sobre a exploração intensa da força de trabalho humana, sobretudo do trabalho feminino.

Damião (2018, p. 20) evidencia que o patriarcado deve ser entendido como essencial para compreender a dominação-exploração a que as mulheres estão submetidas e para refletir sobre a construção da libertação das mulheres. Nesse sentido, a autora aponta que o patriarcado "[...] não age apenas na cultura, discriminando mulheres pelas características femininas socialmente impostas. [Mas,] age na estrutura da sociedade e está presente em todas as suas instâncias." Para a autora, a "[...] negação do direito de decidir desvela a histórica negação das mulheres enquanto sujeito, enquanto seres dotados de inteligência, capazes de pensar, tomar decisões e se autodeterminar." (Damião, 2023, p. 53). Carloto e Damião (2018, p.

311), também advogam que ao defender a legalização do aborto "[...] não estão apenas colocando o aborto em questão, mas um sistema que domina e explora mulheres, que instrumentaliza a sua capacidade biológica e as reduz ao único destino da maternidade como sua função social".

No que tange às questões informacionais relacionadas ao aborto, o relatório da Artigo 19 (2019), ao analisar 176 serviços brasileiros habilitados para a realização do aborto legal no país, identificou dificuldades significativas de acesso à informação, além da insuficiente preparação das equipes para responder dúvidas e prestar orientações adequadas. Evidenciamos que as instituições públicas possuem papel fundamental na produção, organização e disseminação de informações sobre direitos reprodutivos e aborto legal. Tal responsabilidade também encontra respaldo na Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), que atribui aos órgãos públicos o dever de orientar a população e divulgar informações relativas aos serviços e políticas sob sua responsabilidade.

Ademais, o acesso à informação sobre aborto deve ser compreendido como parte do direito dos sujeitos de buscar e receber informações a partir de diferentes perspectivas. Conforme defende a *American Library Association* (ALA, 2007), todas as pessoas têm o direito de acessar informações de todos os pontos de vista, sem restrições. Assim, obstáculos ao acesso às informações qualificadas sobre aborto comprometem a capacidade de mulheres e profissionais da saúde de tomarem decisões fundamentadas, além de limitarem o exercício de direitos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Apesar da relevância dessas informações para a garantia da autonomia e da segurança das mulheres, o acesso a conteúdo confiável e completo sobre o tema ainda encontra diversas barreiras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e de delineamento bibliográfico. Para a pesquisa bibliográfica realizamos uma Revisão Integrativa de Literatura nas bases Base em Ciência da Informação (Brapci), Scielo, *Scopus*, Google Acadêmico e *Web of Science*. Inicialmente, o objetivo era mapear produções que relacionassem os temas aborto e competência em informação, no entanto, nesse levantamento preliminar, os resultados não atenderam ao objetivo. Com isso, ampliou-se a busca para textos que relacionassem as questões informacionais ao tema do aborto. Para tal, buscamos a intersecção das palavras "aborto" AND "informação" no título de textos em inglês, português e espanhol, com recorte temporal de

2025 a 2026[1], sendo a busca realizada no mês de maio de 2026 e levantados os textos até a quinta página de resultados. O Quadro 1 apresenta o processo de coleta de dados baseado na estrutura de seis fases indicadas por Pompeo, Rossi e Galvão (2009).

Quadro 1 — Fases da coleta de dados

Fase		Descrição
1	Identificação do tema	A competência em informação pode se relacionar as questões da justiça sexual e reprodutiva, ao aborto e aos debates de gênero.
2	Critérios para inclusão de estudos	Artigos recuperados das bases: Brapci, Scielo, *Scopus*, Google Acadêmico e *Web of Science;* Documentos em língua portuguesa, inglesa e espanhol e publicados de maio/2025 a maio/2026 que continham o termo "aborto" e "informação" no título.
	Critérios para exclusão de estudos	Língua fora das estabelecidas e que não tratavam de questões informacionais ou sobre a aborto.
3	Informações a serem extraídas dos estudos selecionados	Título; país de publicação; objetivos; como o aborto é relacionado a questões informacionais.
4	Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa	Contempla os objetivos da pesquisa; trata sobre informação e aborto.
5	Interpretação dos resultados	Análise de conteúdo, a partir das categorias: desinformação; habilidades dos sujeitos e barreiras no acesso.
6	Apresentação da síntese	Os resultados visaram identificar como a competência em informação pode se relacionar aos debates informacionais já realizados sobre aborto.

Fonte: elaboração própria com base em Pompeo, Rossi e Galvão (2009).

Foram recuperadas 20 produções, que foram lidas na íntegra, e desconsiderados os textos que não tratavam dos temas propostos, que eram duplicadas ou não possuíam acesso aberto aos recursos e bases disponibilizadas pela instituição a qual as autoras fazem parte. Com essa exclusão, 12 textos compuseram o *corpus* de análise, sendo cinco recuperados na Web of Science, um na Scopus e seis no Google Acadêmico. Esses textos foram analisados tendo em vista categorias estabelecidas a *priori* que nos permitissem relacionar esses debates à competência em informação, objetivo inicial da pesquisa. As categorias estabelecidas foram: desinformação; habilidades dos sujeitos e barreiras no acesso.

Conforme já mencionado, no recorte desta pesquisa, os debates sobre o aborto não se encontram presentes nas produções da competência em informação e, por isso, ampliamos a

[1] Vale enfatizar que a produção levantada não representa o ano completo de 2026, já que, conforme informado, o levantamento bibliográfico foi feito em maio de 2026.

busca para textos que abordassem as questões informacionais relacionadas ao tema do aborto. Dessa forma, o conteúdo dos textos recuperados foi discutido sob as lentes da competência em informação e articulado a textos teóricos que tratam da competência em informação e das questões de gênero ou da justiça sexual e reprodutiva, temas correlatos ao debate central empreendido nesta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionado nos procedimentos metodológicos, as pesquisas analisadas são resultantes de um levantamento bibliográfico nas bases de dados. Foram identificados 12 textos, publicados entre 2025 e 2026, que compuseram o *corpus* (quadro 2). Os textos foram lidos na íntegra, analisados e seu conteúdo organizado de acordo com as categorias estabelecidas a *priori,* que nos proporcionaram debates em relação à competência em informação, sendo as categorias: desinformação; habilidades dos sujeitos e barreiras no acesso.[2]

Quadro 2 — *Corpus* da coleta

Ano	Título	Autoria
2025	Contraception and abortion information and care in community pharmacy for adolescents: a systematic review	Assifi, Mazza
2025	Barriers to Abortion Information	Álvarez
2025	Abortion information seeking: Engaged patients, stigma, and emotion work	Heymann *et al.*
2025	Supporting self-managed abortion care in “practice not premise”: a qualitative study of provider perspectives, roles, and information pathways to care in India	Jacobson *et al.*
2025	After The Review: Law, abortion, reform and the legacies of information restrictions	Farrell
2025	Web-basedcmentorship resources for improving access to abortion information in Canada: a utilisation and reach analysis	Mehta; Norman; Abdula
2025	“We are failing to act on the information we already have”: Family planning, abortion, and the Lalonde Report, 1969–1977	Sethna
2025	“I'm Pregnant, What Do I Do?”: Exploring How People Having Abortions in Britain Find and Use Online Sources of Information	Mackay *et al*
2025	Can I get an Abortion Without my Parents’ Permission? Publicly Available Information About Age and Parental Consent for Abortion in Canada	McGrath

[2] Referências do corpus de análise disponível em: *https://drive.google.com/drive/folders/1xY_rvhLpshLJFO5QGhAXNVA64R3G4VDm?usp=drive_link.*

2026	Assessing Information and Counselling Provision for Medical Abortion Care in Pharmacies Versus Clinics: Secondary Analysis of Two Non-Inferiority Cohort Studies	Kapp *et al*
2026	Comparing the Accessibility of Information Regarding Integrated Abortion Training for Family Medicine and Obstetrics/Gynecology Residency Applicants	Albanese *et al.*
2026	Evaluating Information on Medication Abortion: Do Attitudes and State Policies Matter?	Mosley *et al.*

Fonte: elaboração própria (2026).

Sobre a categoria de **desinformação**, segundo Alvarez (2025), o aborto não se restringe a um procedimento de saúde reprodutiva, mas também envolve questões relacionadas ao acesso à informação. A autora analisa a desinformação sobre o aborto nos Estados Unidos a partir do caso *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization*[3], cuja decisão retirou a proteção constitucional ao aborto, ampliando as desigualdades em seu acesso. Nesse contexto, destaca a atuação dos centros antiaborto, que, por não serem estabelecimentos médicos licenciados, não precisam seguir regulamentações de saúde e disseminam informações falsas e moralizantes sobre o procedimento. Conforme Alvarez (2025, p. 69, tradução nossa), "Essas atividades, disfarçadas de assistência médica, representam uma preocupação de saúde pública e um problema de acesso à informação". A autora argumenta que a desinformação pode levar à busca pelo aborto autogerido, realizado fora do sistema médico formal. Por fim, ela destaca o papel das bibliotecas públicas no combate às mensagens antiaborto, por meio da disseminação de informações, da promoção de eventos e da educação das comunidades sobre desinformação, estratégias de busca e privacidade digital.

Ainda nessa perspectiva, Mosley e colaboradores enfatizam que a desinformação e informações erradas sobre o aborto já eram comuns antes do caso mencionado por Alvarez (2025), mas que agora estão mais intensificadas e disseminadas, inclusive pelos líderes federais. A partir desse contexto, os autores investigam as interpretações das informações sobre o medicamento Mifepristona, utilizado para o aborto autogerido e receitado por meio da telemedicina. Por fim, concluem que as atitudes pessoais e o envolvimento emocional das pessoas influenciam a forma que elas recebem e interpretam informações, "[...] as atitudes em relação ao aborto podem não ser afetadas pela apresentação imparcial de informações

[3] *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization* é o caso da Suprema Corte dos Estados Unidos de 2022 que reverteu as decisões *Roe v. Wade* (1973) e *Planned Parenthood of Southeastern Pennsylvania v. Casey* (1992). As decisões que originalmente afirmaram o direito fundamental ao aborto antes da viabilidade do feto (Legal Information Institute, 2022, local. 1, tradução nossa).

científicas ou que os limiares de risco podem variar de acordo com as atitudes pessoais em relação ao aborto" (Mosley *et al.,* 2025, local. 13, tradução nossa).

Heymann e colaboradores (2025) advogam que é necessário que o aborto seja tratado com mais acesso à informação, que os estigmas sobre o tema devem ser tratados através de uma regulamentação da desinformação, menos barreiras desnecessárias no acesso ao aborto e na promoção de debates não-julgadores sobre educação sexual, o que resultaria na diminuição dos impactos emocionais dos quais o tema é cercado.

No mesmo sentido, Miranda e Alcará (2024, p. 7) relacionam o papel da competência em informação no combate a desinformação. Segundo as autoras ela "[...] pode contribuir para compreender aspectos mais profundos que permeiam a análise da informação e a identificação da desinformação, assim como seu impacto na realidade". Elas ainda defendem que a competência em informação pode se apresentar como um recurso que amplia a busca e uso da informação, possibilitando o acesso de mulheres e meninas, e assim, pode promover a igualdade e a conscientização delas sobre as condições que estão inseridas, e pode lhes dar condições de buscarem seus direitos. Inferimos a partir disso, que a competência em informação pode auxiliar no combate à desinformação sobre o aborto, desenvolvendo ferramentas de enfrentamento e na promoção do acesso à informação, a fim de superar o compartilhamento de informações pouco embasadas sobre o tema.

No que tange à categoria de **habilidades dos sujeitos**, Heymann e colaboradores (2025), em seu estudo com mulheres que buscaram informação sobre aborto online, evidenciaram que muitas analisam as fontes online de maneira crítica, comparando fontes distintas, avaliando as autorias, refletindo sobre sua privacidade nas buscas online, além de se informar com familiares e profissionais. Já Farrell (2025) compreendeu que quando mulheres irlandesas não possuíam informações claras e fidedignas de fontes oficiais, elas optavam por buscar informações de fontes alternativas estrangeiras, onde o aborto não sofresse tantos estigmas.

Vale ainda mencionar, que quando tratamos de habilidades relacionadas à competência em informação, também consideramos as habilidades de compartilhar informações. Tendo isso em vista, a competência em informação é fundamental para garantir que os profissionais de saúde e demais participantes estejam adequadamente preparados para fornecer orientações seguras, atualizadas e baseadas em evidências sobre o aborto. Sobre isso Mehta, Norman e Abdula (2026) relatam o desenvolvimento de plataformas de formação específica no Canadá, que desempenham um papel relevante no processo de formação dos profissionais da saúde. Essas plataformas, oferecem recursos pedagógicos acessíveis e confiáveis por meio de cursos,

fóruns de discussão e materiais informativos, promovendo uma formação e acesso à informação sobre o uso de medicamentos para o aborto autogerido.

Ainda sobre os profissionais de saúde, Kapp e colaboradores (2026) realizaram uma pesquisa com mulheres que buscaram o aborto medicamentoso no Camboja e em Gana, e foi possível identificar que profissionais de saúde tem ofertado mais informações sobre o processo do aborto do que profissionais farmacêuticos. Os autores sugerem que isso se relaciona com a falta de formação desses profissionais para aconselhar e informar sobre o aborto, o que indica a necessidade de políticas formativas que visem desenvolver habilidades e conhecimentos sobre o aborto e tratativas para com mulheres que buscam medicamentos para sua realização.

Ainda sobre a busca de informações online, Mackay e colaboradores (2025) trabalharam essa questão sobre os serviços de aborto na Grã-Bretanha, analisando as motivações das pessoas que utilizam tais mídias como fontes de informação. Os autores defendem que as informações precisas e de apoio são necessários para os cuidados com o aborto, e, portanto, as ferramentas de acesso à informação, devem ter seu acesso rápido e fácil. Sabendo que esse tema é cercado de estigmas e barreiras, os autores argumentam que "Os espaços online podem fornecer não apenas informações práticas, mas também um espaço para compartilhar experiências pessoais e acessar recursos sociais" (Mackay *et al.,* 2025, p. 282, tradução nossa). A partir disso, foi possível identificar que existem quatro motivações para a busca de informações sobre aborto nas redes sociais: acesso à serviços; desmitificação do assunto; conexão e solidariedade e interação com conteúdo sobre gravidez.

Com base nos autores podemos compreender dois papéis da competência em informação neste contexto, o primeiro refere-se a relevância do seu desenvolvimento para profissionais de saúde. Sobre isso, Cavalcante e colaboradores (2012) indicam que o desenvolvimento de habilidades para lidar com a informação é essencial para que esses profissionais possam lidar com incertezas sobre dados em saúde, agir com confiança diante de emergências e impedir que informações falsas gerem pânico na sociedade. Além desse papel, vale evidenciar que mulheres e pessoas que gestam necessitam desenvolver habilidades na busca de informações nesses ambientes online, e ao relacionarmos com a competência em informação, entendemos que é através desse desenvolvimento que "[...] as mulheres conseguem reconhecer suas necessidades informacionais, buscar fontes confiáveis e avaliar criticamente essas fontes e informações, a fim de compreenderem e modificarem as posições de desigualdade que se encontram no sistema vigente" (Kawabata, 2025, p. 75).

No que se refere à categoria **barreiras no acesso à informação**, no estudo de Jacobson *et al.* (2025, p. 2) identificamos que, embora a prática do aborto autogerido seja amplamente realizada na Índia, os autores destacam a existência de "[...] lacunas na disponibilidade consistente de fontes de informação de qualidade em farmácias", mesmo que estes sejam um dos principais espaços procurados pelas usuárias para obtenção de medicamentos e orientação. Essa limitação é agravada pela circulação de informações incompletas ou ambíguas, tanto por parte de profissionais quanto pelas restrições impostas pelo estigma e pelo receio de responsabilização legal. Os autores também evidenciam que profissionais de farmácia podem confundir ou obscurecer os efeitos abortivos dos medicamentos com as informações compartilhadas, o que contribui para que as usuárias não se sintam confiantes, ou acabem recebendo mal os efeitos dos medicamentos utilizados.

Em perspectiva semelhante Assifiÿ e Mazza (2025) fizeram uma revisão de literatura sobre o acesso de adolescentes à medicamentos contraceptivos e abortivos em farmácias. Ainda que muitos resultados tenham sido localizados sobre o primeiro, não foram identificados estudos que tratassem sobre o aborto. Esses dados, segundo as autoras, evidencia a dificuldade de crianças e adolescentes de ter acesso ao procedimento, e a falta de literatura que trate sobre o tema.

Sobre as barreiras ao profissional de saúde, Albanese e colaboradores (2025) analisaram a transparência e acessibilidade das informações sobre treinamento integrado em aborto em residências médicas. Eles identificaram que, embora a maior parte das plataformas online, como websites de programas, Reddit e planilhas do Google, forneça alguma informação, ainda há dificuldades na padronização, o que pode dificultar que candidatos encontrem rapidamente esses dados. Além disso, muitas vezes, as informações não são claramente destacadas ou acessíveis em poucos cliques, o que pode impedir que futuros residentes identifiquem facilmente programas com formação integrada em aborto, especialmente em estados com leis restritivas.

Além das barreiras encontrada por profissionais, Heymann e colaboradores (2025) falam do paciente engajado para se informar e participar das decisões sobre seu corpo. Essa perspectiva reflete sobre como os pacientes se sentem ao buscar informações, mas principalmente ao buscar informações sobre questões de saúde estigmatizadas e politizadas. Em pesquisa realizada a partir do relato de mulheres que buscaram informações sobre os riscos, custos, aspectos legais, possíveis dores, tempo de recuperação e experiências de outras pessoas em relação ao aborto, eles evidenciaram que os sentimentos dessas mulheres em relação aos discursos moralizantes e desinformações geraram sentimentos como culpa, desconfiança das fontes e ansiedade.

Sobre as barreiras enfrentadas por menores de idade na busca de informações sobre o aborto nos sites do Canadá, McGrath (2025, p. 2, tradução nossa) defende que "A disponibilidade de informação é um fator importante para o acesso ao aborto, especialmente para populações mais vulneráveis, como menores de idade" e que fontes confiáveis que compartilhem informações claras e precisas, são necessárias para que os menores de idade possam acessar de forma independente. Foi possível verificar que os menores de idade se utilizam mais dos recursos online para buscar informações sobre saúde sexual e reprodutiva, e enfrentam obstáculos como a falta de informação, o não entendimento dos parâmetros legais e o fluxo ineficaz das informações disponibilizadas. Por fim, a autora destaca a responsabilidade dos profissionais da saúde no apoio a esse público, ao disponibilizar informações relevantes sobre onde e como acessar o atendimento adequado a esses serviços.

Ainda no contexto do Canadá, Sethna (2025) faz uma crítica ao Relatório Lalonde[4], que, na visão de algumas pessoas, fez uma promoção a saúde, entretanto, para acadêmicas feministas esse relatório se baseou numa visão androcentrista, deixando o tema do planejamento familiar fora do debate. Para a autora, a falta de atenção às questões de gênero, foi um fator potencial na indiferença do relatório em relação à saúde da mulher em geral e na negligência com a saúde sexual e reprodutiva. Além disso, a autora enfatiza que o planejamento familiar faz parte essencial na promoção da saúde da mulher, e foi tratado de forma superficial, defendendo que "Contracepção e aborto seguros, legais, acessíveis e não coercitivos são componentes essenciais da promoção da saúde" (Sethna, 2025, p. 36, tradução nossa).

Na Irlanda, Farrell (2025) destaca as restrições legais que criminalizavam e controlavam a disseminação de informações relacionadas ao aborto. De acordo com a autora, as informações públicas sobre o assunto, reforçavam narrativas de risco, insegurança e necessidade de tutelamento, limitando a liberdade de informação e de expressão de profissionais de saúde e organizações que desejavam fornecer orientações facilitadoras. Com a mudança na legislação em 2018, há uma alteração na forma com que a sociedade irlandesa vê o aborto, no entanto, isso não reflete completamente nas informações sobre o procedimento, isso porque em outros documentos permanecem períodos de espera obrigatórios, limites gestacionais e objeção de consciência, além de práticas que dificultam ou impedem a circulação de informações

[4] O relatório Lalonde (originalmente sob o título de *New Perspective on the Health of Canadians: A working document)* foi um documento canadense que teve como objetivo a divulgação de um novo conceito e campo da saúde. O documento apontava que a saúde é o resultado de múltiplos fatores, e a promoção da saúde deve ir além das assistências médicas (Ferreira; Castiel; Cardoso, 2007).

independentes e acessíveis, o que perpetua desigualdades e obstáculos na proteção do direito à informação livre e desmistificada sobre o aborto.

Nesse cenário, vale indicar a desigualdade de acesso à informação e na alfabetização dos sujeitos, que impactam nas condições destes sujeitos em se informar sobre sua saúde, assim como esse processo sofre influência de questões materiais e culturais, como raça/etnia, gênero e classe (Heymann *et al*., 2025). Além disso, conforme a organização Artigo 19 (2025, p. 10), a falta de informações adequadas "[...] compromete a fruição de direitos, restringe o acesso a serviços de saúde essenciais e coloca em risco a vida de diversas pessoas ao inviabilizar que decisões de saúde pública, individuais e coletivas sejam tomadas de maneira informada e autônoma".

Tendo em vista esse contexto, Kawabata e Miranda (2025) debatem que devemos analisar o acesso à informação por múltiplas dimensões interdependentes, como as sociais, políticas, culturais e informacionais, não limitando apenas ao contexto técnico. Essa compreensão pode se relacionar a competência em informação, pois esta "[...] funciona como um eixo transversal para compreender as barreiras, mediações e possibilidades de apropriação da informação relacionada a justiça sexual e reprodutiva" (Kawabata; Miranda, 2025, p. 24).

As discussões ao longo deste trabalho, possibilitaram enxergar a relevância que o acesso à informação sobre o aborto tem na vida das mulheres, meninas e pessoas que gestam, ao evidenciar que esse tema é cercado de estigmas, desinformação e opiniões baseadas na moral e na religião, resultando em mais barreiras informacionais a esse grupo sobre seus corpos, direitos e vontades. Entendemos que a competência em informação deve ir além de seus aspectos técnicos e individuais, mas também deve abranger questões sociais e coletivas. Portanto, ao desenvolver habilidades na busca e uso da informação sobre aborto, mulheres, meninas e as pessoas que gestam podem reconhecer seus direitos e ter autonomia e escolha sobre seus próprios corpos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar contribuições da competência em informação no acesso às informações sobre o aborto. Para isso, realizamos uma Revisão Integrativa de Literatura sobre os temas aborto e informação no último ano, sendo que os resultados permitiram relacionar as produções que tratavam sobre informação e aborto à competência em informação. Os resultados evidenciaram que as produções acerca do aborto e o acesso à informação apresentam distintos contextos e realidades, muitas delas abordaram questões

relacionadas às informações sobre saúde, legislação e o compartilhamento de experiências sobre o procedimento. De forma geral, os textos indicaram barreiras persistentes em todos os contextos para disponibilização de informações sobre o aborto. Além disso, a desinformação também foi mencionada em alguns textos analisados. Entendemos que esses elementos influenciam a possibilidade das mulheres, meninas e pessoas que gestam em buscarem e utilizarem informações confiáveis sobre o aborto e, dessa forma, impactam suas vidas e escolhas reprodutivas e sexuais. Assim, ao desenvolverem habilidades que possibilitem fazer escolhas mais conscientes e seguras, fortalecerão sua autonomia e participação mais cidadã, características inerentes da competência em informação.

Salientamos que, apesar dos textos analisados debaterem o aborto como algo cotidiano em diversos países, como Canadá, Estados Unidos, Camboja, Gana etc., o levantamento não recuperou textos sobre a temática no Brasil no âmbito da Ciência da Informação. Com isso, mesmo sendo um estudo exploratório, já podemos inferir que ainda são incipientes os debates nesse contexto, evidenciando uma lacuna na literatura analisada, o que reforça a necessidade da ampliação de pesquisas que abordem o acesso à informação e o aborto. Podemos ainda entender, que isso impacta no compartilhamento e acesso à informação científica sobre o aborto e no desenvolvimento de políticas públicas brasileiras para promoção da informação às mulheres, meninas e pessoas que gestam, impactando seus direitos sexuais e reprodutivos.

Além disso, destacamos que as unidades de informação foram abordadas em apenas um dos textos, como ambiente propício para promover informações sobre o tema. Destacamos aqui, a relevância das unidades de informação (bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação) para a promoção do acesso à informação sobre o aborto. Esses espaços podem trabalhar com ações que combatam a desinformação, desmitificando os estigmas que esse assunto é cercado. Consideramos que a competência em informação pode ser uma ferramenta que essas unidades de informação possam utilizar para a promoção dessas ações.

É importante também mencionar os limites deste estudo, que por questão de espaço se limitou a levantar pesquisa produzidas no último ano, não apresentando assim um cenário mais amplo sobre informação e aborto. Além disso, vale indicar que a ausência de pesquisas que relacionem diretamente a competência em informação ao aborto mostra-se como um resultado relevante deste estudo, ao indicar uma lacuna ainda presente nos estudos da temática no Brasil e fora dele. Refletimos que os estudos da competência em informação, ainda que venham contemplando, nas últimas décadas, questões sociais e políticas, inclusive relacionadas às

questões de gênero, as reflexões sobre justiça sexual e reprodutiva e aborto ainda são temáticas pouco exploradas, evidenciando a relevância da ampliação de estudos nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ALBANESE, A. M. et al. Comparing the accessibility of information regarding integrated abortion training for family medicine and obstetrics/gynecology residency applicants. **Women's Health Reports**, [*s. l.*], v. 7, n. 1, 2026. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/26884844261440904?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

ALVAREZ, B. A. Barriers to abortion information. *In*: SCHLESSELMAN-TARANGO, G.; RAU, R. A.; MOORE, A. A. **Information, Power, and Reproductive Health**. [*s.n*]. [*s.l.*]: Litwin Books, 2025. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/items/136163 Acesso em: 05 set. 2026.

ASSIFI, A. R.; MAZZA, D. Contraception and abortion information and care in community pharmacy for adolescents: a systematic review. **Research in Social and Administrative Pharmacy,** [*s. l.],* v. 21, n. 11, p. 719–730, 2025. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12336644/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Intellectual Freedom and Censorship Q & A**. Washington: ACRL/ALA, 2007. Disponível em: https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/censorship/faq#ifpoint1 Acesso em: 05 jun. 2026.

ANDERSEN, J. The public sphere and discursive activities: information literacy as sociopolitical skills. **Journal of documentation**, Leeds, v. 62, n. 2, p. 213-228, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235322711_The_public_sphere_and_discursive_activities_information_literacy_as_sociopolitical_skills Acesso em: 05 set. 2026.

ARTIGO 19. **Acesso à Informação e Aborto Legal:** mapeando desafios nos serviços de saúde, São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2019. Disponível em: https://artigo19.org/2019/06/19/acesso-a-informacao-e-aborto-legal-mapeando-desafios-nos-servicos-de-saude/ Acesso em: 05 set. 2026.

ARTIGO 19. **Mapa do aborto legal:** Direitos reprodutivos na encruzilhada da informação. São Paulo: Artigo 19, 2025. Disponível em: https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2025/12/Mapa_Pesquisa_DIGITAL_V3.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). American Library Association (ALA). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ALA, 2016. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 4.360, de 2004**. Acrescenta inciso ao art. 128 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=249178&filename=PL%204360/2004. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Senado susta norma do Conanda sobre aborto em crianças e adolescentes. **Senado Notícias,** Brasília, DF, 2 jun. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/06/02/senado-susta-norma-do-conanda-sobre-aborto-em-criancas-e-adolescentes Acesso em: 21 jun. 2026.

CARLOTO, C. M.; DAMIÃO, N. A. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 306-325, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vnGNyx7gwTS4QKvdnBRPP3C/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 05 set. 2026.

CAVALCANTE, L. E.; COSTA, R. M.; NASCIMENTO, R. C. C.; SANTOS, R. J. S. Competência em Informação na Área da Saúde. **InCID**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 87–104, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/42372 Acesso em: 14 jun. 2026.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, M.; CASTRO, V. V.; OLIVEIRA, G. M. J. C. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 452-470, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p452/37960 Acesso em: 05 set. 2026.

CONANDA. Nenhum direito a menos! Nenhum passo atrás na proteção da infância e da adolescência. Instagram: @conandanarede. [*S.l*], 3 de junho de 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DZIIp90kWpj/ Acesso em: 16 jun. 2026.

DAMIÃO, N. A. **Entre o direito de decidir e a proibição**: o aborto no Brasil e em Cuba. 2023. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/0e8b0199-f4a0-4d87-8e80-94f82e9c1d2e Acesso em: 05 set. 2026.

DAMIÃO, N. A. **Se podes olhar, vê**: o aborto no cotidiano de trabalho das assistentes sociais. 2018. 224 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/95b96818-80de-4103-b012-50f95cdb6d99 Acesso em: 05 set. 2026.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto – Brasil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1601-1606, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mDCFKkqkyPbXtHXY9qcpMqD/abstract/?lang=pt Acesso em: 05 set. 2026.

DOHERTY, J. J. No shhing: giving voice to the silenced: an essay in support of critical information literacy. **Library philosophy and practice**, *[s.l]*, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/libphilprac/133/ Acesso em: 05 set. 2026.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071. Acesso em: 12 jun. 2026.

FERREIRA, M. S.; CASTIEL, L. D.; CARDOSO, M. H. C. A. Promoção da Saúde: entre o conservadorismo e a mudança. *In*: SEMINÁRIO POLÍTICA CIENTÍFICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.15., Recife. **Anais** [...]. Recife: CBCE. 2007. p. 1-7. Disponível em: https://public.cbce.org.br/uploads/cd/resumos/023.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

FARRELL, A. After the review: law, abortion, reform and the legacies of information restrictions. **Irish Journal of Sociology**, [*s. l.],* v. 33, n. 1–2, p. 89–112, 2025. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/07916035251342096?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

EYMANN, O.; GYURAS, H.; ODUM, T.; BESSETT, D. Abortion information seeking: engaged patients, stigma, and emotion work. **Social Science & Medicine**, [*s. l.],* v. 401, art. 119368, 2026. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/42091000/ Acesso em: 05 set. 2026.

JACOBSON, L. et al. Supporting self-managed abortion care in “practice not premise”: a qualitative study of provider perspectives, roles, and information pathways to care in India. **Sexual and Reproductive Health Matters**, [*s. l.],* v. 33, n. 1, p. 1–14, 2025. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26410397.2025.2531680?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

KAWABATA, G. S. **Informação para justiça sexual e reprodutiva**: um estudo sobre a competência em informação e uso de fontes informacionais por mulheres. 2025. 123 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

KAWABATA, G. S.; MIRANDA, A. M. M. Competência em informação para justiça sexual e reprodutiva: um mapeamento das produções. **ConCI**, Aracaju, v. 8, n. especial, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23682 Acesso em: 05 set. 2026.

KAPP, N. et al. Assessing information and counselling provision for medical abortion care in pharmacies versus clinics: secondary analysis of two non-inferiority cohort studies. **BJOG**: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology, [*s. l.*], v. 133, n. 4, p. 638–646, 2026. Disponível em: https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-0528.18344?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

LEGAL INFORMATION INSTITUTE. Dobbs v. Jackson Women's Health Organization (2022). *In:* **Cornell Law School**. Ithaca, June of 2022. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/wex/dobbs_v._jackson_women%27s_health_organization_(2022) Acesso em: 16 jun. 2026.

MACKAY, R. et al. “I'm pregnant, what do I do?”: exploring how people having abortions in Britain find and use online sources of information. **Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, [*s. l.*], v. 57, n. 3, p. 281–292, 2025. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/psrh.70016?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

MCGRATH, Eleanor. Can I get an abortion without my parents' permission? Publicly available information about age and parental consent for abortion in Canada. **Journal of Obstetrics and Gynaecology Canada**, [*s. l.],* v. 47, n. 11, 2025. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40915416/ Acesso em: 05 set. 2026.

MIRANDA, A. M. M.; ALCARÁ, A. R. Competência em informação, acesso à informação e desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 01-26, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2062 Acesso em: 05 set. 2026.

MIRANDA, A. M. M.; ALCARÁ, A. R. Debates iniciais sobre o papel da competência em informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. **Anais** [...]. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/202136Acesso em: 13 jun. 2026.

MOSLEY, E. A.; WHITE, G.; DEWITT, B.; KRISHNAMURTHI, T. Evaluating information on medication abortion: do attitudes and state policies matter? **Health Education & Behavior**, [*s.l.*], v. 53, n. 3, p. 334–340, 2026. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10901981251377723?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

POMPEO, D. A; ROSSI, L. A.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 22, p. 434-438, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/KCrFs8Mz9wG59KtQ5cKbGgK/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 05 set. 2026.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Patriarcado-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de "A Ideologia Alemã". **LavraPalavra**, 12 fev. 2016.

SETHNA, C. "We are failing to act on the information we already have": family planning, abortion, and the Lalonde Report, 1969–1977. **Canadian Journal of Public Health,** [*s. l.*], v. 116, n. 1, p. 30–38, 2025. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.17269/s41997-025-01099-1?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 05 set. 2026.

SHAHIDA; SAMI, L. K. Rural women empowerment: an alternate vision. **International Journal of Advance Research and Innovative Ideas in Education**, Gujarate (Índia), v. 1, n. 5, p. 515-518, 2015. Disponível em: https://ijariie.com/manuscript/1473 Acesso em: 05 set. 2026.

THE LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION (CILIP). **Definition of Information Literacy**. UK: CILIP Information Literacy Group, 2018. Disponível em: https://www.cilip.org.uk/news/421972/What-is-information-literacy.htm. Acesso em: 12 jun. 2026.

VITORINO, E.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/abstract/?lang=pt Acesso em: 05 set. 2026.